

O Teatro do Oprimido na Educação de pessoas presas na Penitenciária Estadual do Seridó – PES/ Caicó/RN

Francisca Gomes da Silva ¹

RESUMO.

Este trabalho visa explicitar os efeitos educativos produzidos pelo grupo “Caminhando para Liberdade” no contexto do Teatro do Oprimido (TO) desenvolvido na Penitenciária Estadual do Seridó – PES, Localizada na cidade de Caicó/RN. Os resultados obtidos foram frutos das observações e dos questionários semi-estruturados, aplicados ao grupo, fundamentados em análises de interpretações de dados que foi possível identificar os saberes produzidos por eles - apenados. Assim abstraímos informações onde se torna visível o caráter educativo do TO, que se configura numa prática não convencional, onde está sendo possível discutir sobre a função educativa do TO no contexto prisional como alternativa ressocializadora para o sistema penitenciário. Educação esta norteada por princípios humanitário capaz de formar um sujeito questionador e transformador da realidade social e consciente das desigualdades que dão origem à contradição: opressor e oprimidos predominantes na sociedade civil e no sistema penitenciário, ambas geradoras da delinquência e da reincidência criminal.

Palavras – chave: Teatro do Oprimido, educação, sociedade, penitenciária.

O referido estudo visa identificar os aspectos educativos desenvolvido pelo grupo “Caminhando para a Liberdade” a partir das técnicas desenvolvidas pelo TO. Pôde-se perceber que o TO já é em si uma prática educativa dialógica e substancialmente política. As oficinas do TO que se desenvolvem por meio de dinâmicas, jogos contação de histórias, além da técnica do Teatro Fórum abrem espaços de discussões coletivas fundamentadas em situações reais vivenciadas pelo grupo. Tais discussões levam o grupo a constantes questionamentos sobre diversos temas que envolvem toda uma problemática comum ao sistema penitenciário onde predomina as más condições de vida da prisão tais como: superlotação, condições sanitárias rudimentares, alimentação deteriorada, precária assistência médica, judiciária, social, educacional, profissional, violência entre

presos estes entre agentes penitenciários, rebeliões, fugas, aperfeiçoamento no crime, má ventilação e violência policial.

Além desses problemas sofridos pelas pessoas presas, ainda é discutido um problema maior, o da discriminação da sociedade, a qual não pergunta o motivo que levou a pessoa presa estar em um estabelecimento prisional, mas sim, a pessoa que já tinha sido presa fica censurada pelo resto da vida.

Com relação à participação da sociedade, o Estado, infelizmente, não reúne condições de atuar eficazmente na execução da pena e recuperar o condenado, embora na LEP- Lei de Execuções Penais, em seu artigo 4º, dispõe que “O Estado deverá recorrer à cooperação da comunidade nas atividades de Execução da Pena e da medida de segurança”.

As discussões que ocorrem tanto no decorrer das oficinas como no Teatro Fórum ambos como a ação do fazer teatral criando propostas e refletindo sobre a realidade já é em si uma ação política. Para o educador Paulo Freire (apud Kotscho, 2004, p.18) a politização somente se constrói mediante a educação: “Não, não há um aspecto político, a educação é política, ela tem uma politicidade, a política tem uma educabilidade, quer dizer. Há uma natureza política do ato educativo, indiscutível”.

No entanto a metodologia utilizada pelo Teatro do Oprimido – o fórum, é essencialmente política e sendo política é educativa. Sendo assim a aprendizagem é contínua porque advém do saber da experiência, ou seja, de situações reais o que resulta numa adesão entre filosofia e ação, a práxis.

Segundo Boal (2005, p.19) o problema discutido gera uma reflexão contínua do que foi encenado e por isso “o espetáculo é o início de uma transformação social necessária e não um momento de equilíbrio e repouso. O fim é o começo!”. Sendo assim o aprendizado adquirido a partir de uma sessão de Teatro Fórum deve ser posto em prática na vida real.

Segundo Falconi (1998, p.67)

Foram realizados exames psicométricos que apontaram, segundo a duração das penas, índice crescente de perda de capacidade locomotora, de diminuição da memória e da percepção espacial, além de considerável aumento dos níveis de ansiedade entre os enclausurados.

No entanto, foi possível perceber a falta de concentração, memória, ansiedade, indisposição e a agilidade de pensar quando aplicamos a técnica pare e pense¹ no decorrer do ensaio da primeira peça “O Ladrão Injustiçado”. Infere-se que a mente e o corpo se encontram no estágio muito avançado de mecanização, decorrentes do confinamento em que se encontra o grupo. Já na segunda peça “Um crime sem Diálogo” ao aplicarmos a mesma técnica percebe-se uma maior agilidade do pensamento deles. Isso significa que as técnicas aplicadas estão ativando os sentidos e as percepções do grupo, transformando em mentes sadias e livres de revolta oriunda do meio social e alimentada pelo sistema penitenciário.

Ao perguntarmos ao grupo sobre o que eles aprenderam estando participando dos encontros do TO, 93% responderam que aprenderam a confiar, respeitar, ouvir, compreender os problemas dos outros, se unir mais com os parceiros da cela, não ser mais opressor para não mais fazer mal a ninguém, representar personagens como, por exemplo, o preso fazer o papel de um delegado, comunicar e dialogar com os outros em situações de conflitos entre apenados e servidores. Além de ter aprendido a conviver com as diferenças o que está contribuindo para sobreviver na prisão. Apenas 7% não souberam responder, mas sabe que aprendeu alguma coisa.

¹ Técnica onde no decorrer da cena pede para congelar a cena e cada um irá expressar seus pensamentos em voz alta.

BIBLIOGRAFIA

BOAL, Augusto. **Teatro do oprimido e outras poéticas**. 7.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. **O teatro como arte marcial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **O arco-íris do desejo: o método Boal de Teatro e Terapia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

METAXIS – A revista do Teatro do Oprimido – CTO-RIO. ANO I – Numero 1 – dezembro de 2001.